



Imprimir



Fale Conosco

Zoom+
Zoom-Edições
Anteriores

Busca

ANO VI - Número 67
Brasília, 10/10/2011

MULHERES EM PAUTA

Relatório de avaliação setorial

Está disponível para consulta de toda a sociedade o relatório de avaliação dos resultados alcançados pela SPM em seus programas do PPA no ano de 2008. Anualmente, todos os órgãos do governo federal devem preencher o SIGplan (Sistema de Informações gerenciais e de Planejamento do Plano Plurianual), informando sobre suas realizações em relação ao ano imediatamente anterior. São informados os principais resultados alcançados, as dificuldades e os desafios enfrentados, as execuções física e financeira, a evolução dos indicadores associados a cada programa, entre outras informações. Até o ano passado, a publicação dos cadernos setoriais - que trazem todas estas informações - estava a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A partir deste ano, todos os cadernos serão publicados diretamente pelos órgãos em seus sites. A ideia é torná-los mais visíveis ao público que acompanha mais imediatamente e tem interesse nas ações de cada área temática, bem como explicitar e reafirmar o compromisso dos órgãos com a transparência de suas ações e o controle social.

[Veja a íntegra do documento.](#)



Prefeituras reaparelhadas I

Como consequência do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, a SPM e o Governo do Estado do Rio de Janeiro entregaram às prefeituras fluminenses, nesta segunda-feira (19/10), oito carros para o reaparelhamento e a readequação dos serviços de atendimento à mulher vítima de violência. O evento aconteceu no Quartel Geral do Corpo de Bombeiros e contou com a presença da ministra da SPM, Nilcéa Freire, da primeira-dama do Estado e presidente de honra do RIOSOLIDARIO - Obra Social do Rio de Janeiro, Adriana Ancelmo Cabral; e da secretária de Assistência Social e Direitos Humanos do Estado, Benedita da Silva. Além dos carros, foram comprados mobiliários, computadores e material gráfico para a criação de um banco de dados sobre a violência contra a mulher. Houve ainda capacitação de pessoal.



Prefeituras reaparelhadas II

Segundo a ministra Nilcéa Freire, o país tem dado importantes passos com a implementação do Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência Contra a Mulher. O Rio de Janeiro foi o primeiro estado a aderir a iniciativa. Sérgio Cabral foi o primeiro governador a participar. Hoje, já temos a adesão de 20 estados. "No Rio, já inauguramos, desde o final de 2008, centros regionais especializados em Cabo Frio, Paracambi, Itaboraí e Itaperuna", contou. Representando o governador Sérgio Cabral, a primeira-dama, que

AGENDA

A Mulher e a Mídia

Dos dias 6 a 8 de novembro, acontece, no Rio de Janeiro, o "VI Seminário A Mulher e a Mídia". Os temas Feminismos e as ligações França-Brasil nos 60 anos de publicação de O Segundo Sexo e Debates e Propostas para a 1ª Confecom nortearão os debates nos três dias de evento. Realizado pela SPM, Instituto Patrícia Galvão e Unifem, no seminário também serão discutidos temas como: "Mulher, Mídia e Convergência das Comunicações", "TV Pública e Promoção da Igualdade de Gênero no Ambiente de Convergência das Comunicações", "Produção de Conteúdos nas Perspectivas de Gênero, Raça/Etnia e Orientação Sexual", entre outros. [Programação](#)



ACONTECEU

Igualdade de gênero em Washington e em Santiago

A ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou, no início do

também recebeu um dos carros como presidente do Rio Solidário que mantém um abrigo para mulheres vítimas de violência, disse estar feliz com a iniciativa e mais ainda por ter sido agraciada com um dos carros. A Casa Abrigo Lar da Mulher, criada em março de 2007, tem como objetivo interromper o ciclo de violência doméstica, garantindo às vítimas e seus filhos condições de proteção por meio de mecanismos de articulação e integração às redes de assistência psicológica, social e jurídica. "Estamos construindo uma parceria com o governo federal que permita o desenvolvimento de uma política forte no combate à violência contra a mulher. Essa política era praticamente inexistente em nosso estado", ressaltou a secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, Benedita da Silva.



Campanha Maltrato Zero I



No dia 1º de outubro, o governo federal, por meio da SPM e da Secretaria Nacional da Juventude, lançou, no Brasil, em parceria com a Secretaria Geral Ibero-americana (SEGIB) a campanha de Sensibilização contra a Violência de Gênero nos países Ibero-americanos "Maltrato Zero". Trata-se de uma campanha destinada aos jovens dos países ibero-americanos para conscientizá-los sobre a igualdade e a violência de gênero. O evento aconteceu no SESC Vila Mariana, em São Paulo, e contou com a presença da ministra Nilcéa Freire, da SPM, do secretário-Geral da SEGIB, Enrique Iglesias, e do secretário Nacional da Juventude, Beto Cury. É a primeira vez que os países Ibero-americanos participam de uma ação conjunta com uma única mensagem em prol da igualdade de gênero. Elaborada pela SEGIB e pela Organização Ibero-Americana da Juventude (OIJ), a iniciativa obedece a uma determinação da XVIII Conferência Ibero-americana de El Salvador, realizada em 2008. Para a ministra Nilcéa Freire, da SPM, a promoção da igualdade de gênero e o enfrentamento à violência "só será possível com a participação de toda a sociedade, inclusive dos jovens".



Campanha Maltrato Zero II

A campanha tem por objetivo unir toda a sociedade ibero-americana, em especial a juventude, para se comprometerem contra a desigualdade e a violência de gênero através do movimento "Maltrato Zero". Dirigida a 21 países, a campanha pretende atingir uma população de 150 milhões de jovens. Ela conta com um site <http://www.maltratozero.com> que contém spots de rádio, filmetes de

mês, como chefe da delegação brasileira, em Washington, da Segunda Sessão Ordinária do Comitê Diretivo da Comissão Interamericana de Mulheres (CIM), da Organização dos Estados Americanos. Em pauta: avanços no tema de eliminação da violência contra a mulher e o fortalecimento do Mecanismo de Seguimento da Convenção de Belém do Pará (MESECVI), oportunidades para as mulheres frente à crise financeira, entre outros assuntos.

Nos dias 7 e 8 de outubro, Nilcéa Freire esteve em Santiago do Chile participando do Seminário sobre os Avanços e Ações Chaves para a Implementação do Programa Ação de Cairo a 15 Anos da sua Aprovação, na sessão Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres. A ministra foi palestrante do Painel "Direitos reprodutivos e violência sexual: políticas e programas". O seminário é organizado pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL), dentro das comemorações do 15º aniversário da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento que aconteceram neste ano em diversas partes do mundo.



Seminário UNAIDS

televisão, cartazes, informa, dados sobre violência doméstica, depoimentos, manifestos, entre outros. Todo o material foi feito em Português e Espanhol.



Prática inovadora

A SPM está na terceira etapa do 14º Concurso Inovação na Gestão Pública Federal da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) divulgada no dia 29 de setembro, com a seleção de 20 iniciativas finalistas. A prática inovadora apresentada pela SPM é o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. O comitê técnico do 14º concurso já visitou a SPM para conferir as informações dos relatos da equipe responsável pela iniciativa e esclarecer possíveis dúvidas apontadas previamente pelo Comitê Julgador. O relatório das visitas contribuirá para a escolha das 10 melhores experiências. O resultado final será divulgado em dezembro. O concurso é uma iniciativa da ENAP em parceria com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e conta com o apoio da Embaixada da França, da Cooperação Espanhola, da Escola Canadense do Serviço Público - CSPS, da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional - CIDA e da Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA. Desde 1996, premia práticas inovadoras dos órgãos públicos que promovam o aumento da qualidade do atendimento e eficácia dos serviços ofertados a população.

Equipe reforçada

No final de setembro, a ministra Nilcéa Freire, recebeu 42 novos funcionários na SPM. Eles foram aprovados no processo seletivo simplificado realizado pela SPM para preenchimento de 50 vagas de nível médio e superior. Os candidatos aprovados para as demais vagas ainda serão convocados. Durante a cerimônia, houve uma apresentação institucional da SPM aos concursados. A pauta consistiu no histórico, estrutura, competências, importância política, papel articulador x papel executor, relação com estados e municípios e relação com sociedade civil.

Transpetro tem a primeira comandante mulher

Hildelene Lobato Bahia, de 34 anos, é a primeira comandante mulher da frota da Petrobrás Transportes S.A (Transpetro). Participaram da cerimônia de entrega do Certificado de Nomeação, no Rio de Janeiro, a

Durante os dias 15 e 16 de outubro, a ministra Nilcéa Freire, da SPM, participou da reunião da "Global Task Force" (Força Tarefa Global) sobre "Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV (UNAIDS)", em Genebra (Suíça). O objetivo é definir recomendações estratégicas e acionáveis e mecanismos claros de responsabilização como parte de um vasto processo de fortalecimento e ampliação do compromisso político para implementar o Plano Operacional para Mulheres, Meninas, Igualdade de Gênero e HIV.

Reunião do CNDM I

A ministra Nilcéa Freire presidiu no dia 24 de setembro, a terceira reunião deste ano do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, do qual é presidente. Vinte e seis conselheiras estiveram presentes à reunião, em Brasília. Em pauta: a votação em segundo turno na Câmara dos Deputados sobre a minirreforma eleitoral; a previsão de que o Supremo Tribunal Federal, vote em outubro a ação que discute a possibilidade de interrupção da gravidez em caso de fetos anencéfalos (sem cérebro) e; as providências que devem ser tomadas no âmbito

ministra Nilcéa Freire, da SPM, o presidente da Transpetro, Sérgio Machado, e o ministro de Minas e Energia, Edson Lobão, bem como, representantes da Marinha, entidades de classes, sindicatos, estaleiros, representantes do Porto do Rio de Janeiro, corpo gerencial da Transpetro, Petrobrás e subsidiárias, além de estudantes do Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (Ciaga).

Hildelene Lobato Bahia é formada em Ciências Contábeis e é integrante da primeira turma da EFOMM do Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (Ciaba), em Belém. Já no posto de 1º Oficial de Náutica, assumiu a função de 1º Piloto no Navio-Tanque Lorena BR da Transpetro (PETROBRAS) e desde 2005 ocupa a função de Imediato do mesmo navio, sendo a primeira brasileira a atingir esse patamar na carreira de marítimos.



Minirreforma eleitoral I

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 29 de setembro, o projeto da minirreforma eleitoral aprovado no Congresso Nacional. A articulação da Comissão tripartite instituída pela SPM em conjunto com a Bancada Feminina do Congresso Nacional e o movimento feminista e de mulheres foi fundamental para mais essa conquista das mulheres brasileiras. A nova Lei Eleitoral recebeu três vetos do presidente: a regulamentação do debate eleitoral na Internet, a possibilidade de parcelamento de multas eleitorais pela Receita Federal e a flexibilização da tabela de dedução no Imposto de Renda das emissoras de rádio e TV para a veiculação dos programas eleitorais. As novas regras entram em vigor nas próximas eleições de 2010.

[Íntegra da Lei 12.034/09](#)



Minirreforma eleitoral II

Mudanças que beneficiam diretamente as mulheres:

1. O parágrafo terceiro do artigo 10 da Lei 9.504/1997 passa a vigorar com a seguinte redação: Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação "preencherá" o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.

Na redação anterior a palavra utilizada era "reservará". Com a mudança os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidaturas.

2. São acrescidos o inciso V e o parágrafo 5º ao Artigo 44 da Lei 9.096/1995 que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário:

V. Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% do total.

§ 5º o partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subsequente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para essa destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa.

3. O artigo 45 da Lei 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita fica acrescido do inciso IV:

IV - promover e difundir a participação política feminina, dedicando às

do Conselho para a realização da 11ª Conferência Regional sobre as Mulheres da América Latina e do Caribe, realizada pela Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). O evento acontece em julho do próximo ano, no Brasil. Em relação ao tema reforma eleitoral, a ministra Nilcéa Freire disse que as mulheres conseguiram o mínimo dos mínimos, mas, considera bons avanços conquistados.



Reunião do CNDM II

As conselheiras também opinaram sobre o Seminário Conselhos de Direitos e Controle Social das Políticas Públicas para Mulheres, realizado pelo CNDM, entre os dias 22 e 23, também em Brasília e considerado um sucesso. Elas acordaram na necessidade da criação de uma comissão para dar consequência às propostas lançadas nos grupos de trabalho do evento e, para tanto, ficou decidido que ela será composta pela comissão organizadora do seminário, acrescida de novas integrantes. A criação de uma rede deve ser o primeiro desafio pós-evento.



Expediente:

ASCOM/SPM

Jornalista responsável:

Gabriela do Vale (DF 2488JP)

Editoração: ASCOM/SPM

Telefone: (55 61) 3411-4214

spmimprensa@spmulheres.gov.br

mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10%.

O conteúdo do boletim pode ser reproduzido parcial ou totalmente, desde que seja citada a fonte.



ONU: nova Agência para Mulheres

A Assembléia Geral da ONU aprovou, em setembro, a criação da Agência das Nações Unidas para as Mulheres, que deverá unificar e consolidar o trabalho desenvolvido pelas quatro estruturas que atuam na promoção da equidade de gênero e empoderamento das mulheres. São estas: Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM), Assessoria Especial do Secretário Geral para Assuntos de Gênero (OSAGI), Divisão das Nações Unidas para o Avanço das Mulheres (DAW) e Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para o Avanço das Mulheres (INSTRAW).

A Agência é um instrumento capaz de garantir mais recursos para as disputas políticas das mulheres, melhoria no assessoramento aos países e governo e mais integração das agências das Nações Unidas na agenda da equidade de gênero. A autoridade máxima da nova Agência das Nações Unidas para as Mulheres terá status de Subsecretária Geral - terceira posição da hierarquia do sistema ONU.



Site reformulado

O site "[Mais Mulheres no Poder](#)" passou por algumas alterações, foi ampliado e relançado em setembro. Agora, estão disponibilizadas também informações sobre Executivo, Legislativo, Judiciário, Empresa e Sociedade. O destaque do novo conteúdo ficou para a divulgação dos resultados da pesquisa A Presença Feminina no Poder Executivo nos Estados, realizada pelo site e pela SPM. O relançamento contou com a divulgação do estudo sobre a presença feminina no Poder Executivo nos Estados.



Pesquisa

A pesquisa revela a continuidade da sub-representação feminina no primeiro escalão dos Governos Estaduais e do Distrito Federal, assim como já revelado nas capitais. São 528 secretarias, 87 mulheres (16,48%) e 441 homens (83,52%). O estudo também revela que a maioria das secretárias ocupa pastas ligadas a Políticas Sociais, 73,56%, demonstrando uma clara tendência de delegar às mulheres pastas relacionadas ao cuidado e à extensão do doméstico. As informações foram apuradas entre os dias 4 de maio e 4 de julho, junto aos 26 Estados Brasileiros e ao Distrito Federal. A região Norte tem o maior percentual de secretárias, 21,32%, e Mato Grosso do Sul é o estado que mais próximo chega à paridade entre mulheres e homens no primeiro escalão estadual, com 45,45%.

[Veja a íntegra do estudo](#)



Desigualdade afeta mulheres e negros I

As diferenças salariais de etnia e gênero continuam sendo grandes desafios na América Latina apesar do recente crescimento econômico e de políticas destinadas a reduzir a desigualdade, de acordo com um estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O estudo constatou que os homens ganham mais que as Mulheres em qualquer faixa de idade, em todos os níveis de instrução, em qualquer tipo de emprego (autônomos, empregadores e empregados) e em empresas grandes ou pequenas. Apenas as Mulheres das áreas rurais ganham, em média, o mesmo que os homens. As diferenças salariais entre os gêneros variam muito entre os 18 países. Os homens ganham 30% a mais que as Mulheres no Brasil

quando ambos têm a mesma idade e nível de instrução, por exemplo, enquanto na Bolívia a diferença é muito pequena.



Desigualdade afeta mulheres e negros II

Em análise de informações domiciliares de 18 nações latino-americanas, o estudo conclui que mulheres e minorias étnicas ainda estão em clara desvantagem. As mulheres na região ganham menos que seus colegas homens, mesmo que tenham melhor nível de instrução. Uma comparação simples dos salários médios indica que os homens ganham 10% a mais que as mulheres. Quando, porém, os economistas comparam homens e mulheres com a mesma idade e nível de instrução, a diferença salarial entre homens e mulheres é de 17%. Essas descobertas fazem parte de uma série de estudos que analisam as diferenças salariais em vários países da América Latina. O documento de trabalho New Century, Old Disparities: Gender and Ethnic Wage Gaps in Latin America, resume os dados referentes a toda a região com metodologia que possibilita medidas mais precisas das defasagens de salários. A metodologia é comparar os salários de indivíduos com as mesmas características demográficas e de emprego, como idade, nível de instrução, local de residência e tipo de emprego, entre outras.



Criação de Núcleo da Mulher para tríplice-fronteira I

A SPM e o Ministério das Relações Exteriores (MRE) promoveram, no dia 21 de setembro, em Foz do Iguaçu-PR, uma reunião técnica com representantes do Brasil, Argentina e Paraguai para discutir estratégias conjuntas de cooperação para assistência de mulheres vítimas de Tráfico e violência na Tríplice Fronteira. Na ocasião, a SPM propôs que, na Casa do Migrante, entidade localizada em Foz do Iguaçu, seja criado o Núcleo da Mulher para passar a oferecer, além dos atendimentos habituais, acolhimento e encaminhamentos adequados às mulheres migrantes em situação de violência. Outra proposta é inserir no site de cada um dos três países os contatos e endereços das redes de atendimento dos demais.



Criação de Núcleo da Mulher para tríplice-fronteira II

Para a criação do Núcleo da Mulher será firmado um acordo entre a SPM, a prefeitura de Foz do Iguaçu, o MRE e o Conselho Nacional de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego (CNIg/MTE). Em seguida, a proposta é de que, até novembro, um Memorando de Entendimento seja assinado entre a Secretaria e os órgãos máximos de políticas para as mulheres dos demais países para garantir a reciprocidade das ações e desburocratizar os atendimentos.



Conselheiras discutem controle social I

Autonomia econômica, política e financeira; escolha de dirigente
Conselheiras discutem controle social I
s por meio de eleição; garantia, em seus quadros, da representação dos movimentos sociais; recursos para capacitação; criação de normas, regimentos e referenciais básicos.

Essas foram algumas das reivindicações que resultaram dos grupos de trabalho formados no último dia do Seminário Conselhos de Direitos e Controle Social das Políticas Públicas para Mulheres, realizado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), em Brasília, nos dias 22 e 23 de setembro. Os objetivos do seminário foram fortalecer os conselhos de direitos da mulher como instrumentos de controle social das políticas públicas para as mulheres respeitando sua autonomia; instituir mecanismos de articulação política e comunicação dos conselhos entre as três esferas de governo e; reafirmar o compromisso dos conselhos estaduais com a construção de planos locais de políticas públicas para as mulheres orientados pelo [II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres \(PNPM\)](#).



Conselheiras discutem controle social II

O evento reuniu cerca de cem pessoas entre presidentas e representantes dos conselhos estaduais e municipais das capitais, além das conselheiras nacionais. Na programação, painéis e trabalhos de grupo, além do lançamento do livro "20 anos de pesquisas sobre aborto no Brasil", organizado pela pesquisadora Débora Diniz, com o apoio do Ministério da Saúde. Para Nilcéa Freire, o seminário representou um momento especial e oportuno em que se faz muito importante definir a institucionalidade de políticas públicas para as mulheres e sua participação no controle social das mesmas. Ela fez uma memória de 1985, quando foi criado o CNDM, até agora, pontuando mudanças de papéis e o surgimento de novas demandas, destacando desafios na economia, na cultura e na política. "Hoje, são prioridades a estadualização e a municipalização do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, o aumento da participação feminina nos espaços de poder, a igualdade de gênero no ordenamento jurídico e no mundo do trabalho", exemplificou



Se você não quiser mais receber este informativo, [clique aqui](#).

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

Via N1 Leste s/nº, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes -
Zona Cívica Administrativa
70150-900 Brasília DF
Telefone:: (61) 3411-4330 e 3411-4246
spmulheres@spmulheres.gov.br www.spmulheres.gov.br